



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

JOANA D'ARC MARQUES FERREIRA

**O SPED E SEUS IMPACTOS NAS ORGANIZAÇÕES:
O CASO DA EMPRESA DOLOMIL INDUSTRIAL LTDA.**

**CAMPINA GRANDE
2012**

JOANA D'ARC MARQUES FERREIRA

**O SPED E SEU IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES:
O CASO DA EMPRESA DOLOMIL INDUSTRIAL LTDA.**

Artigo apresentado a Universidade Estadual da Paraíba como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharela em Administração na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. (MS) Suênya Freire do Monte Santos

**CAMPINA GRANDE
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

F383s Ferreira, Joana D'arc Marques.

O SPED e seus impactos nas organizações: o caso da empresa Dolomil Industrial Ltda / Joana D'arc Marques Ferreira. – 2012. 27 f. Il. Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profª. Ms. Suênya Freire do Monte Santos, Departamento de Administração e Economia”.

1. SPED. 2. Sistema de Informação. 3. Tecnologia de Informação. I. Título.

21. ed. CDD 657.46

JOANA D'ARC MARQUES FERREIRA


**O SPED E SEU IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES:
O CASO DA EMPRESA DOLOMIL INDUSTRIAL LTDA.**

Artigo apresentado a Universidade Estadual da Paraíba como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharela em Administração na área de Ciências Sociais Aplicadas.


Aprovada em 29 de Novembro de 2012

Nota: 9,0


BANCA EXAMINADORA



Profa. (MS) Suênya Freire do Monte Santos
Orientadora



Profa. Maria Dilma Guedes
Examinadora



Profa. (MS) Luiza Dantas de Sousa Lima
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu **Deus**, que me deu forças para concluir esta trajetória, não me fazendo desistir nos momentos de incertezas.

Aos meus pais, **Eliseu e Normanda**, pela compreensão da minha ausência nesse período, pelas muitos fins de semana que não pude passar com eles.

À Empresa **Dolomil Industrial**, por me dar subsídio para a pesquisa.

Aos colegas de trabalho, em especial, a **Genelice, Roselita, Wilson, Myrian, Patrícia e Angélica** por me dar apoio e confiança nos momentos que precisei e por contribuir com meu desenvolvimento profissional.

A **Universidade Estadual da Paraíba** e ao **curso de Administração** pela oportunidade.

Aos professores **Suenya Freire**, pela orientação, empenho e dedicação sempre demonstrados; **Maria Dilma Guedes** e **Luiza Dantas** por fazerem parte da banca examinadora deste trabalho.

Aos meus amigos **Raissa e Carlos** em especial pelo apoio e por acreditarem sempre em mim.

As minhas tias **Perpétua**, que me ajudou desde o início de minha trajetória, **Ivone e Eduarda** e a todos os meus familiares.

O SPED e o seu impacto nas organizações: O caso da empresa Dolomil Industrial Ltda.

Joana D`arc Marques Ferreira¹
Universidade Estadual da Paraíba
Suênya Freire do Monte Santos²

RESUMO

O avanço das tecnologias e das práticas digitais vem fazendo as organizações buscarem métodos mais modernos para a melhoria de suas atividades. Nesse contexto surge o SPED – Sistema público de escrituração digital, o método de controle adotado pela Receita Federal para fiscalizar as informações prestadas pelas empresas. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo: identificar o funcionamento da ferramenta SPED, sua abrangência e dimensões, bem como seu impacto causado à indústria Dolomil Industrial Ltda., em Campina Grande – PB. Em termos metodológicos a pesquisa caracteriza-se como sendo: descritiva, estudo de caso e pesquisa de campo, usando o método funcionalista e as técnicas de documentação direta e indireta através das ferramentas de observação direta, fluxograma e *check-list*. Os resultados do estudo apontam que o empreendimento sofreu grande impacto para se adequar a utilização da ferramenta, necessitando rever os seus processos, tendo os setores de contabilidade, vendas, compras, faturamento e gerência sido os mais afetados durante o processo, porém após o ajustamento a ferramenta proporcionou grande organização ao empreendimento, agilizando o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Sistema de Informação. SPED

ABSTRAT

The advance of digital technologies and practices has been making organizations seek more modern methods for the improvement of their activities. In this context arises the SPED-public system of digital bookkeeping, control method adopted by the IRS to verify the information provided by companies. Thus, this article aims to: Identify the tools operation SPED, its scope and dimensions, as well as its impact on the industry Dolomil Industrial Ltda., in Campina Grande - PB. In terms of methodology research is characterized as being: descriptive case study and field research, using the functionalist method and techniques of direct and indirect documentation tools through direct observation, flowchart and checklist. The results of the study indicate that the project has undergone significant impact to suit the use of the tool, requiring review their processes, and the sectors of accounting, sales, purchasing, billing and management were the most affected during the process, but after adjustment the tool provided to large enterprise organization, accelerating their development.

Keywords: Information Technology. Information System. SPED

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: Joanaadm2010@hotmail.com

² Orientadora de TCC – Universidade Estadual da Paraíba, Mestre em Recursos Naturais – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: suenya.freire@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a Globalização e os avanços dos métodos de informações, as organizações sentem cada vez mais as necessidades de se modernizar e se adequarem às novas tecnologias de Informação (TI) através dos Sistemas de informação (SI) mais eficientes e adequados para o seu setor de atuação. Utilizando-se de um moderno e eficaz sistema de Informações, uma empresa consegue auxílio no processo de tomada de decisões, com relatórios mais claros e objetivos, refletindo positivamente nos negócios e atividades da organização, bem como, aumentando sua vantagem competitiva frente aos concorrentes.

Em contra partida, os órgãos de fiscalização vêm aperfeiçoando seus processos de controles e análises das informações prestadas pelas empresas, por meio de bancos de dados e softwares cada vez mais modernos e com capacidade de armazenagem e processamento mais elevados, possibilitando assim um maior alcance e detalhamento das informações, nos variados setores de atuação da indústria brasileira, minimizando as possibilidades de sonegação fiscal.

A empresa Dolomil Industrial Ltda., fundada em 1975, atua em Campina Grande/PB, no ramo de Mineração e outras atividades como artefatos de couro, tintas e fabricação de equipamentos e acessórios para segurança, encontra-se dentro desse cenário, uma vez que está inserida na modalidade tributária de Lucro Presumido, que é um sistema de apuração de lucro de pessoa jurídica, cujo faturamento anual não ultrapasse R\$ 40.000.000,00 de reais e mensalmente cumpre a obrigação de transmitir suas informações contábeis e tributárias aos órgãos fiscalizadores do Governo Federal, utilizando-se dos programas por eles fornecidos.

Em meio a esse contexto surge o SPED (Sistema público de escrituração digital), um sistema que unifica as atividades de armazenamento de dados de Notas Fiscais Eletrônicas de recepção, valida livros e documentos que integram escrituração comercial e fiscal das empresas, dando autenticidade a eles por meio de Certificação Digital. De acordo com o site da Receita Federal, o SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística adequados.

Porém diante desse novo cenário de modernização e informatização das empresas e juntamente com os programas de modernização da Administração Tributária e Aduaneira, quais os impactos para a organização? Mas especificamente questiona-se: Quais as dimensões abordadas pelo SPED na Indústria Dolomil Industrial em Campina Grande/PB?

Com o avanço da tecnologia e práticas digitais, a questão da segurança no compartilhamento das informações gerou a necessidade de garantir a autenticidade dos documentos em forma eletrônica, o processo de Certificação Digital surgiu para atender a essas necessidades.

Com o intuito de fomentar e disseminar o funcionamento das novas tecnologias de controle fiscal, este trabalho surge como um estudo de caso que tem por objetivo geral identificar o funcionamento da ferramenta SPED, sua abrangência e suas dimensões, bem como seu impacto causado à Indústria Dolomil Industrial. Como objetivos específicos pretendem-se: Apresentar as características e os subprojetos do SPED; Descrever o funcionamento do SPED na rotina da Indústria Dolomil e por fim, identificar os serviços afetados com a implantação do sistema SPED na empresa em estudo.

A certificação digital é a assinatura que deverá ser feita no documento eletrônico, considerando as regras da ICP-Brasil (Infra-estrutura das chaves públicas) que é um conjunto de técnicas implementadas pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma digital por meio de um certificado digital.

È o Certificado digital, que possibilita comprovar a identidade de uma pessoa, uma empresa ou um site, para assegurar as transações online e a troca eletrônica de documentos, mensagens e dados, com presunção de validade jurídica.

No entanto, é de suma importância avaliar a abrangência dessas novas tecnologias no âmbito organizacional, pois para a organização representa a chance de verificar o impacto positivo e/ou negativo que esses sistemas de controle fiscal e tributário exercem sobre o empreendimento, já para o governo representa a oportunidade de identificar os gargalos e/ou as falhas que essa ferramenta possa apresentar possibilitando novas ideias de melhoria ou de aprimoramento para o sistema.

Para isso é necessário um embasamento teórico que nos permita um melhor entendimento do tema e sua abrangência, o que será detalhado na seção seguinte.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE SIGNIFICA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Tecnologia de Informação (TI) pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais adotados para auxiliar na criação, armazenamento e troca de

informações. Com os avanços da globalização, a questão da tecnologia tomou um papel imprescindível, principalmente para o mundo dos negócios.

Daí a necessidade de entender essa área do conhecimento. Vejamos algumas definições dos principais autores a respeito desse assunto.

De acordo com Laudon & Laudon (2007) as empresas estão sempre tentando melhorar a eficiência de suas operações a fim de conseguir maior lucratividade. Das ferramentas que os administradores dispõem, as tecnologias e os sistemas de informação estão entre os mais importantes para atingir altos níveis de eficiência e produtividade nas operações, especialmente quando combinadas com mudanças no comportamento da administração e nas práticas de negócio.

Por tecnologia (TI), entende-se todo software e todo hardware de que uma empresa necessita para atingir seus objetivos organizacionais. Isso inclui, não apenas computadores, *disk drives*, assistentes digitais pessoais – e até mesmo iPods, se usados para fins organizacionais –, mas também softwares, como os sistemas operacionais Windows ou Linux, o pacote Microsoft Office e as centenas de programas computacionais que normalmente podem ser encontrados em uma grande empresa (LAUDON & LAUDON, 2007, p. 9).

Segundo Cruz (2008, p. 186) “Tecnologia da Informação é o conjunto de dispositivos individuais, como hardware, software, telecomunicações ou qualquer outra tecnologia que, faça parte ou gere tratamento da informação, ou, ainda, que a contenha.”

Para Oliveira (2010, p. 238) “(...) é a interação estruturada entre sistemas de *softwares* e de *hardware* para o registro, transformação, transmissão e arquivamento de todos os tipos de informações das organizações.”

Na concepção de Padoveze (2007, p. 30),

A TI inclui processamento de textos, arquivamento automático, sistemas de processamento de transações, conferência eletrônica, correio e quadro eletrônicos, vídeo-teleconferência, programas de pesquisa em banco de dados, planilhas eletrônicas, sistemas de suporte para decisões e sistemas especialistas.

Percebe-se uma concordância entre os autores sobre a definição de TI, de uma forma resumida, podemos afirmar que a Tecnologia de Informação (TI), é tudo que envolve recursos de informática, gera e facilita o processo de informação e auxilia de forma eficaz os processos administrativos da organização.

2.1.1 Benefícios do uso da Tecnologia da Informação

A Tecnologia de Informação é um dos componentes mais importantes do ambiente empresarial atual, oferecendo diversas vantagens para as organizações que utilizam dessas contribuições oferecidas pela TI. O uso de TI nas empresas está relacionado com a necessidade em nível estratégico e operacional de cada organização, sendo necessário considerar aspectos como: cultura, política, estrutura e processos organizacionais, como também, as habilidades, capacitações e comportamento dos indivíduos como colaboradores da Organização. A TI tem proporcionado inúmeros benefícios para a administração das organizações, segundo Oliveira (2010, p. 238):

- Sustentação automatizada ao processo decisório;
- Desconsideração da questão da distância entre os pontos de comunicação;
- Elevada rapidez e segurança no processamento das informações;
- Interligação estruturada entre processos e/ou atividades das organizações consolidando redes virtuais de cooperação administrativa;
- Desenvolvimento dos serviços de Internet, a qual proporciona vários benefícios para as organizações, tais como comércio eletrônico e a estruturação de complexas redes digitais de comunicação;
- Desenvolvimento de portais – dentro da internet –, possibilitando a consolidação de comunidades virtuais voltadas à eficiência das comunicações entre as organizações.

O avanço das Tecnologias de Informações vem contribuindo para o desenvolvimento das organizações, com dados mais precisos, alcançados com processo de globalização da informação que por meio de portais da internet vem aproximando as empresas dos seus objetivos e necessidades com segurança e velocidades, antes nunca vistas.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO – SI

Sistema de Informação (SI) inicialmente é a expressão adotada para descrever um sistema que é responsável pela coleta, processamento, transmissão e disseminação de informações. Nos dias atuais, onde a informação é muito importante para todos, sejam organizações, pessoas, ela é de fundamental relevância para os processos administrativos nas empresas. Na concepção de Laudon e Laudon (2007, p. 9) “os sistemas de informações, devem ser analisados tanto da perspectiva tecnológica quanto do ponto de vista organizacional”.

Laudon e Laudon (2007, p. 9), definem sistemas de informação como:

(...) um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Segundo Côrtes (2008, p. 25), Sistema de Informação

(...) é o conjunto de componentes ou módulos inter-relacionados que possibilitam a entrada ou coleta de dados, seu processamento e a geração de informações necessárias à tomada de decisões voltadas ao planejamento, desenvolvimento e acompanhamento de ações.

Para Albertão (2005 apud Côrtes, 2008, p. 24),

(...) é uma série de elementos ou componentes inter-relacionados, numa ordem específica, que coletam (entrada), manipulam (processamento), disseminam (saída) os dados e informações e fornecem um mecanismo de *feedback* (retroalimentação). Essas informações são utilizadas pelos usuários para tomada de decisões.

Pode-se observar das definições anteriores que o sistema de informação possui mecanismos que se inter-relacionam, para produzir as informações que as organizações necessitam, são eles: Entrada, Processamento e Saída de informações.

A **entrada** é responsável pela coleta dos dados bruto da organização, tanto do ambiente interno quanto do externo. O **processamento** transforma esses dados brutos em uma forma mais significativa, e por fim, a **saída**, que repassa as informações processadas aos interessados das atividades onde elas serão adotadas, e tem a função também de *feedback* para auxiliar na correção de pequenos erros de entrada.

Entende-se que nas organizações o sistema de informação é usado para fornecer informações confiáveis que irão auxiliar na tomada de decisões, no entanto, é preciso considerar que sistema de informação não é formado apenas por tecnologias de informática, assim como todo sistema, ele é composto de partes que se interligam. Um sistema de informação de acordo com Laudon e Laudon (2007, p. 12) possui três dimensões: organizações, pessoas e tecnologia.

As organizações necessitam de um sistema de informação, no entanto, ao contrário do que é considerado, esse sistema tem que ser adequado a alguns aspectos das organizações, como estrutura, cultura e história da empresa. Cada empresa tem uma cultura peculiar ou um conjunto fundamental de premissas, valores e modos de fazer as coisas que é aceito pela maioria de seus membros. Sempre se podem encontrar partes da cultura de uma organização embutidas em seu sistema de informações.

As pessoas são outro fator que estão ligadas aos sistemas de informações, pois sem elas, o sistema não funciona. Cada vez mais as empresas necessitam de pessoas capazes de operar seus sistemas de informação e usar de forma eficaz os dados por eles fornecidos transformando em informações para auxiliar na tomada de decisões bem como para o melhor aproveitamento do sistema.

A tecnologia de informação é uma das muitas ferramentas que os gerentes utilizam para enfrentar as mudanças, por meio do hardware e software. Hardware é o equipamento físico usado para atividades de entrada, processamento e saída de um sistema de informação, composto de computadores de vários tipos e formatos; diversos tipos de entrada, saída e armazenagem; e o meio físico que interliga todos esses elementos. Software consiste em instruções detalhadas e pré-programadas que controlam e coordenam os componentes do hardware do sistema de informação.

Diante das definições apresentadas torna-se importante compreender a definição de alguns termos:

- **Sistema**

A definição de Sistema deriva de uma visão holística, ou seja, o todo é maior que a soma das partes. Padoveze (2008, p. 14) “as partes ou subsistemas devem ser vistos com seus objetivos e suas interações, porém o mais importante sempre é a visão da totalidade, e esta visão parte de identificar os objetivos finais de um sistema.”

Na visão do autor, “sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”. Em outras palavras, em um sistema, existe uma relação de interdependência, onde cada parte é complementar a outra, e essa ligação formam o todo, sendo impossível análise isolada das partes.

- **Informação**

A informação pode ser definida como um conjunto de dados que inter-relacionados visam minimizar o grau de incertezas nas decisões. Chiavenato (2003, p. 422) a define como “uma mensagem com significado em um determinado contexto, disponível para uso imediato e que proporciona orientação às ações pelo fato de reduzir a margem de incerteza nas decisões (...)”.

As organizações, em meio às mudanças e complexidades nos negócios necessitam cada vez mais de segurança em suas decisões administrativas, através de dados confiáveis e precisos. Nesse sentido, a informação surge como meio pelo qual se atingira esse objetivo. Como afirma Chiavenato (2008, p. 577), “quanto mais poderosa a tecnologia da informação, tanto mais informado e poderoso torna-se o seu usuário, seja ele uma pessoa, organização ou país. A informação torna-se a principal fonte de energia da organização (...).”

2.2.1 A Função de um Sistema de Informação nas Empresas

A informação desempenha um papel relevante na trajetória de uma empresa. Por volta da década de 50, as informações eram registradas em papel e era por esse meio que as mesmas circulavam. Após esse período, esse fluxo de informações foi, aos poucos, sendo substituído por computadores. De acordo com Laudon e Laudon (2007, p. 41), as empresas investem na área de SI a fim de atender a certos objetivos:

- Busca de excelência nas operações para obter produtividade, eficiência e rapidez;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços;
- Aproximar a relação com os clientes, atendendo-os melhor;
- Agilidade na tomada de decisões com informações mais precisas
- Assegurar a sobrevivência.

Outro objetivo que também pode ser citado é a adequação aos órgãos reguladores que a cada dia vem modernizando seus sistemas de fiscalização e exigindo mais precisão nas informações prestadas pelas empresas.

Uma nova tecnologia pode trazer vantagem para uma empresa, é crescente a necessidade de investimentos em novos softwares e bancos de dados para acompanhar o avanço das tecnologias de informação.

Com o avanço das redes e da internet, os TI/SI estão modificando as relações entre empresas, clientes, fornecedores e órgãos reguladores. Essas novas tecnologias resultaram em mudanças no Setor público levando os governos, em todas as esferas, a modernizar suas atividades, facilitando sua relação com os cidadãos e empresas. Nesse contexto, surge o termo **e-Government**, que segundo Laudon e Laudon (2007, p. 57): “é a aplicação da internet e das tecnologias de rede para digitalizar as relações entre governo e órgãos públicos e os cidadãos, empresas e outros braços do próprio governo.”

Além de facilitar a prestação dos serviços públicos, o e-Government contribui para a eficiência nos processos e contribui com os cidadãos, que passam a ter um maior acesso às informações e uma maior interação com os órgãos públicos.

2.3 CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Com o avanço da globalização, marcada pela o uso maciço da internet, as transações eletrônicas e outros serviços, estão se tornando cada vez mais comuns nas empresas.

Conseqüentemente cresce a preocupação com a privacidade e segurança com o fluxo dessas operações. Nesse contexto que surgiu o termo Certificação Digital, uma ferramenta de segurança bastante eficaz, que garante a integridade das informações que trafegam na internet identificando sua origem e seu destino. Para Laudon e Laudon (2007, p. 230), “Certificados digitais são arquivos de dados usados para determinar a identidade de pessoas e ativos eletrônicos, a fim de proteger transações on-line”. A validação da identidade do usuário é feita através, do que os autores chamam de autoridade certificadora (*certificate authority – CA*), que tem a função de validar a identidade dos usuários garantindo a segurança na troca de informações.

A Certificação Digital, utilizada nas transações eletrônicas garante:

- 1) Privacidade nas Transações: garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não serão lidas por terceiros.
- 2) Integridade das mensagens: garantia de que as informações trocadas nas transações eletrônicas não foram alteradas no caminho que percorreram
- 3) Autenticidade: garantia da identidade da origem e destino da informação.
- 4) Assinatura Digital: permite aferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento eletrônico.
- 5) Não repúdio: é a garantia de que somente o titular Certificado Digital poderia ter realizado determinada operação.

2.4 SEGURANÇA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

O investimento em modernos Sistemas e tecnologias de informação vem modernizando e contribuindo para os métodos de trabalho nas organizações. Em contrapartida, cresce as ameaças de atividades ilícitas que podem prejudicar as organizações,

como afirma Cortez (2007, p. 490) “o uso inadequado pode abrir caminhos para a realização de fraudes, desvios, furtos de dados, informações ou mesmo recursos materiais”.

Com uso da internet seguida pelas facilidades das transações *online*, cresce a vulnerabilidade das informações, colocando a empresas sujeitas a diversas ameaças. Para Laudon e Laudon (2008, p. 216) “essas ameaças podem originar-se de fatores técnicos, organizacionais e ambientais, agravadas por decisões administrativas erradas”.

Diante do exposto, para entender a importância da segurança nas tecnologias e sistemas de informações, Laudon e Laudon (2008, p. 210) ressaltam a relevância dos seguintes termos: Segurança e Controle.

Segurança é definido por Laudon e Laudon (2008, p. 210) como políticas, procedimentos e medidas técnicas usados para impedir acesso não autorizado, alteração, roubo ou danos físicos a sistemas de informação. Existem resistências por parte de algumas empresas, quanto aos investimentos em segurança, pelo fato, de não está diretamente ligada às atividades que dão retorno financeiro. No entanto, é preciso considerar que toda organização, possui ativos importantes que necessitam de proteção, como afirma o mesmo autor citado anteriormente “sistemas abrigam informações confidenciais sobre impostos, ativos financeiros, registros médicos e desempenho profissional das pessoas.”

Controles, por sua vez, são “métodos, políticas e procedimentos organizacionais que garantem a segurança dos ativos da organização, a precisão e a confiabilidade de seus registros contábeis e a adesão operacional aos padrões administrativos.”

Considerando o exposto acima, investimentos em segurança e controles geram retornos satisfatórios para as organizações evitando prejuízos devastadores para os negócios.

2.4.1 Políticas de Segurança

Conforme Laudon e Laudon (2008, p. 222),

uma política de segurança é uma declaração que estabelece uma hierarquia para os riscos de informação e identifica metas de segurança aceitáveis, assim como mecanismos para atingi-las. É importante que as empresas se questionem sobre seus ativos de informação mais relevantes; quem serão os responsáveis por esse controle; identificar se existe alguma política anterior que proteja essas informações, bem como avaliar sua utilidade; quais os riscos que a empresa pode se submeter com relação à falhas na segurança, outro, como também considerar a questão dos custos da implantação dessa política.

A política de segurança origina outras políticas, que estabelecem o uso correto dos recursos de informação da empresa e determina os membros que terão acesso a esses ativos.

A política deve determinar a posição da empresa no que se refere à privacidade, à responsabilidade do usuário e ao uso que se faz dos equipamentos de informática e das redes, evitando o uso para fins pessoais. Laudon e Laudon (2008, p. 222), afirmam que “uma boa política de uso aceitável define as ações aceitáveis e inaceitáveis para cada usuário especificando as consequências do não cumprimento às normas”.

O objetivo principal de uma política de segurança é orientar o uso eficiente dos recursos de TI dentro da empresa, definindo os padrões de condutas aceitáveis para minimizar as falhas no SI da organização.

2.5 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

O SPED – Sistema Público de Escrituração digital – instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, publicado no Diário Oficial, definindo SPED como:

(...) instrumento que unifica atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e - Ambiente Nacional. Atualmente está em produção o projeto EFD-Contribuições. E em estudo: e-Lalur, EFD-Social e a Central de Balanços.

2.5.1 Escrituração Fiscal Digital – EFD

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), a Escrituração Fiscal Digital – EFD trata-se de um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped.

A EFD como parte integrante do projeto busca promover a integração dos fiscos federal, estaduais, Distrito Federal e, futuramente, municipais, e dos Órgãos de Controle mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscais digitais, bem como integrar todo o processo relativo à escrituração fiscal, com a substituição do atual

documentário em meio físico (papel) por documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins.

2.5.2 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica, segundo o site da Receita Federal do Brasil é definida como um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação serviços, ocorrida entre as partes, e cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emissor (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pela Fazenda, do documento eletrônico, antes da ocorrência da circulação ou saída da mercadoria.

Dentre os benefícios apresentados pelo projeto, destacam-se: melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito; possibilidade do cruzamento eletrônico de informações entre outros.

2.5.3 EFD – Contribuições

A EFD – Contribuições surgiu após a publicação da Instrução Normativa nº. 1.502 de 5 de julho de 2010, de um modo geral, e é definida no site da Receita Federal do Brasil como um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, classificadas nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando que para Michaliszyn (2011, p. 115), “metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no decorrer do trabalho de

pesquisas”. Apresentamos nesta seção os procedimentos realizados para que a pesquisa desenvolvesse em seu caráter investigativo, buscando assim responder aos objetivos de identificar o funcionamento da ferramenta SPED, sua abrangência e suas dimensões, bem como seu impacto causado á Indústria Dolomil Industrial.

Com o intuito de definir os tipos de pesquisa adotados para a elaboração deste artigo, utilizou-se o modelo proposto por Vergara (2008), o qual propõe que as pesquisas podem ser classificadas por dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como **Descritiva**, pois teve como foco descrever as características do objeto em estudo, detendo-se a ferramenta SPED e sua utilização pela empresa Dolomil Industrial Ltda. Também pode ser classificada como uma investigação **Explicativa**, já que a mesma busca aprofundar-se no conhecimento da empresa e explicar a razão e o porquê das coisas referente ao objeto de pesquisa.

Quanto aos meios, classifica-se como **Estudo de caso**, que na concepção de Gil (2010, p. 37) “É hoje encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real”. O caso em questão deteve-se a ambiência da empresa Dolomil Industrial Ltda. Pode também ser classificada como uma **Pesquisa de Campo**, já que ao longo da pesquisa buscou-se o contato direto do investigador com o fenômeno em estudo a fim de fazer um levantamento dos dados relevantes para pesquisa.

Com relação aos métodos da pesquisa, utilizou-se o **método funcionalista** o qual estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é como um sistema organizado de atividade. Buscou-se analisar a Dolomil Industrial Ltda., como um sistema aberto, onde os conjuntos de suas partes formam um todo e influenciam o meio e são influenciadas pelas ações deste meio para a execução de suas ações.

No tocante às técnicas de pesquisas utilizou-se a **Documentação indireta** que envolve a pesquisa bibliográfica e documental, já que para realização deste trabalho foi necessário a pesquisa bibliográfica para a construção de um embasamento teórico que nos permitisse conhecer melhor as tecnologias de informações e a sua incidência no desenvolvimento das empresas atuais, sobretudo no setor fiscal e um levantamento documental para ter conhecimento da legislação fiscal e suas ferramentas de controle. A **Documentação direta** também foi utilizada como técnica de pesquisa através da **Observação Participante** – quando o pesquisador se insere no grupo ou fenômeno a ser pesquisado, como recurso para obtenção de maiores informação.

Com relação ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado um **formulário do tipo *check-list*** que se dá através de uma lista de verificação rápida, para identificação do impacto da implantação do sistema SPED na empresa em estudo, utilizando uma amostra não probabilística, caracterizada **por acessibilidade**.

O sujeito da pesquisa foi à empresa Dolomil Industrial Ltda., localizada na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba e que atua no ramo de Mineração e outras atividades, como artefatos de couro, tintas e fabricação de equipamentos e acessórios para segurança. A pesquisa foi aplicada a um universo de cinco pessoas, os responsáveis pelos respectivos setores: Faturamento, Vendas, Compras, Contabilidade e a Gerencia, por serem os setores que tiveram o impacto do Sistema SPED. Como variáveis da pesquisa, observe o Quadro 1, exposto a seguir:

Quadro 1 – As variáveis da pesquisa

ITEM	SUBITEM
Características e os subprojetos do SPED	Escrituração Fiscal Digital – EFD
	Nota Fiscal Eletrônica – NF-E
	Contribuição PIS/COFINS
Fluxograma	Descrever o funcionamento do SPED na rotina da Indústria Dolomil Industrial LTDA
Identificar os serviços afetados com a implantação do sistema SPED na empresa em estudo.	Faturamento
	Vendas
	Compras
	Contabilidade
	Gerencia.

Fonte: Autoria própria, 2012.

No tocante ao recorte temporal a pesquisa foi realizada no período de agosto a novembro de 2012, tendo os seus dados sido tratados de forma qualitativa onde foram analisados, buscando-se uma interpretação desses dados, para compreender a realidade existente no ambiente pesquisado.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na sequencia apresentaremos os resultados encontrados a partir das investigações empreendidas, na empresa Dolomil Industrial Ltda., dividida em três seções:

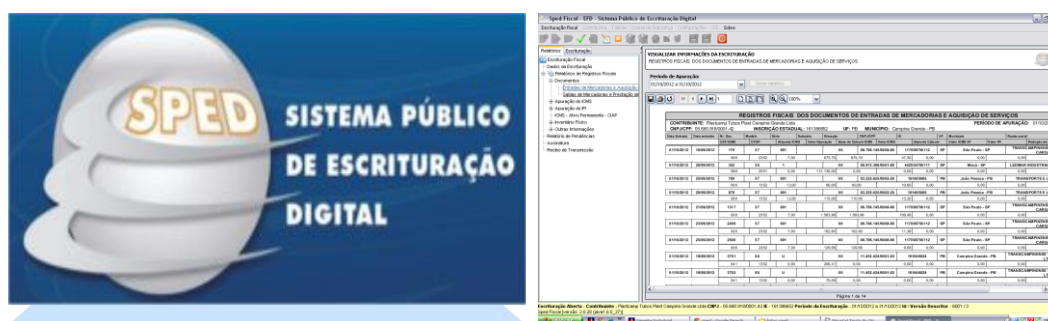
- Características e subprojetos do SPED (EFD, NF- e e EFD- Contribuições);
- Fluxograma;
- Check-list.

Buscando assim estruturar didaticamente as análises dos resultados, para facilitar a compreensão, sem perder o foco da pesquisa.

4.1 CARACTERÍSTICAS E SUBPROJETOS DO SPED (ECD, EFD E NF-E)

De acordo com a Receita Federal do Brasil ,o SPED é um projeto que dentre seus objetivos, está promover a integração dos fiscos, por meio da padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais das empresas e sociedades empresariais e dentre seus benefícios, vem aperfeiçoando o combate à sonegação (ver Figura 1).

Figura 1 – O SPED na empresa DOLOMIL



Fonte: Programa SPED, 2012.

A DOLOMIL é uma empresa de grande porte e tem obrigações a transmitir mensalmente aos órgãos da Receita Federal. Diante disso, apresenta-se o funcionamento dos subprojetos do SPED na empresa Dolomil Industrial Ltda.

4.1.1 Escrituração Fiscal Digital – EFD

A EFD é obrigatória, desde 1º de Janeiro de 2009, para todos os contribuintes do Imposto sobre operações relativas à circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e/ou de Imposto sobre produtos Industrializado (IPI). A EFD abrange os Livros de: Registro de Entradas; Registro de Saídas; Registro de Inventário; Registro de Apuração do IPI; e Registro de Apuração do ICMS do ativo permanente.

4.1.2 Funcionamento na Dolomil

A partir de sua base de dados, a empresa Dolomil gera o arquivo de acordo com layout estabelecido em Ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Este arquivo é submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED. A periodicidade do arquivo é mensal.

4.1.3 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

De acordo com a Receita Federal, a NF-e substitui a nota fiscal modelo 1 e 1-A em todas as hipóteses previstas na legislação em que esses documentos possam ser utilizados. Isso inclui: a Nota Fiscal de entrada, operações de importação, operações de exportação, operações interestaduais ou ainda operações de simples remessa, em outras palavras, a NF-e é utilizada para documentar as transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas.

4.1.4 Funcionamento na Dolomil

Para emitir a NF-e, a Dolomil gera um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual é assinado digitalmente, a fim de garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, a NF-e, é transmitido pela Internet para a Secretaria de Fazenda Estadual de jurisdição do contribuinte emitente, a qual, após verificar a integridade formal, devolve um protocolo de recebimento denominado "Autorização de Uso", sem o qual a Dolomil não poderá efetuar o trânsito da mercadoria, ressalvados os casos previstos na legislação para a hipótese de haver problemas técnicos na comunicação do contribuinte com a Receita.

Este mesmo arquivo da NF-e é transmitido para:

- A Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas;
- No caso de uma operação interestadual, a Secretaria de Fazenda Estadual de destino da operação; e,
- Quando aplicável, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização, tais como a SUFRAMA, por exemplo.

Para acompanhar o trânsito da mercadoria é impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulada DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), geralmente em papel comum, em única via.

4.1.5 EFD – Contribuições

Conforme apresentação pela Receita Federal, a EFD- Contribuições aborda sobre os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS e dos créditos da não cumulatividade, bem como a apuração da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta, e outras informações de interesse econômico-fiscais. Tem o objetivo de simplificar os processos e reduzir as obrigações acessórias impostas aos contribuintes.

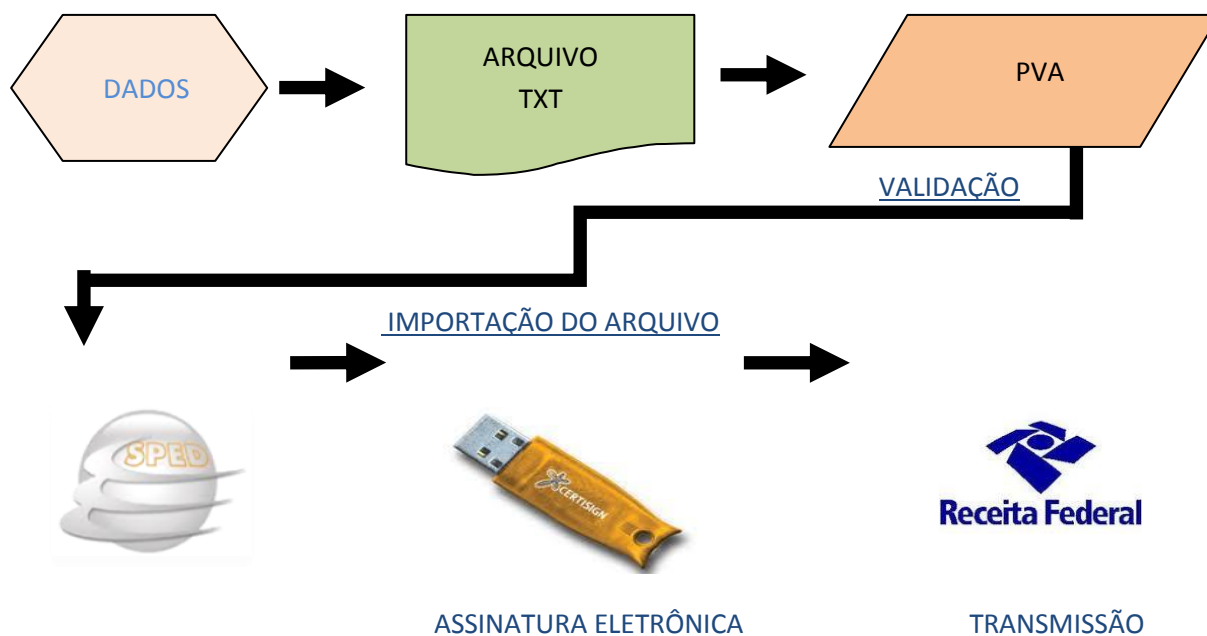
O seu funcionamento é realizado a partir de sua base de dados, a pessoa jurídica Dolomil, gera um arquivo digital de acordo com layout estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, informando todos os documentos fiscais e demais operações com repercussão no campo de incidência das contribuições sociais e dos créditos da não-cumulatividade, bem como da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, referentes a cada período de apuração das respectivas contribuições. Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA EFD-Contribuições) fornecido na página do Sped e da RFB.

Após a importação ou criação da escrituração, a mesma pode ser visualizada pelo próprio Programa Validador, com possibilidades de pesquisas de registros ou relatórios do sistema.

4.2 FLUXOGRAMA

Com base na pesquisa realizada na empresa em estudo, pode-se afirmar que o processo de funcionamento do SPED na Dolomil inicia-se com o registro dos dados no sistema de informação interno da empresa. Em seguida esses dados são gerados em arquivo TXT pelo PVA (programa validador do SPED) e importados pelo Programa SPED onde passarão por um processo de verificação para detectar erros e pendências que impeçam sua transmissão. Após a correção desses erros o arquivo é assinado digitalmente, por meio da certificação digital, tipo A3 Token, que é emitido por uma autoridade certificadora - a ICP Brasil - para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos digitais, por fim o arquivo é transmitido aos órgãos da Receita Federal para fins de fiscalização (ver Figura 2).

Figura 2 – Fluxograma



Fonte: autoria própria, 2012

4.3 CHECK-LIST

O *check-list* foi realizado com o objetivo de identificar os impactos ocasionados com a implantação da ferramenta SPED na indústria Dolomil e os setores mais afetados. Para melhor entendimento dos impactos, foi elaborado o Quadro 2:

Quadro 2 – Check-List

DIFICULDADES/PROBLEMAS	
Descrição	Setor
Período de adequação às mudanças;	Setores mais afetados: Faturamento e Escrita Fiscal
O setor de faturamento passou a ser obrigado utilizar o arquivo no formato XML para a importação das informações referentes à nota fiscal;	O setor de Faturamento teve que alterar sua rotina de trabalho com a utilização obrigatória do arquivo XML
Utilização de certificado digital;	Não houve dificuldades por parte da Dolomil no uso dos certificados digitais.
Necessidade de adequação do sistema atual da empresa às inúmeras exigências do SPED;	A empresa sofreu inicialmente para se adequar às exigências do SPED por existir dados incompletos e erros de classificação.
Maior atenção no cadastro de clientes, fornecedores, transportadores e produtos;	Setores mais afetados: Vendas e Compras
Pouco tempo para a correção de erros;	Setores mais afetados: Faturamento e Escrita Fiscal

Continuação..

Continuação...

DIFICULDADES/PROBLEMAS	
Descrição	Setor
Treinamento para os funcionários;	Houve pouco treinamento para instruir os funcionários. Todos os setores foram afetados.
Comunicação eficiente para o correto fluxo das informações;	Havia falta de comunicação entre os departamentos dificultando o correto fluxo das informações. Todos os setores foram afetados.
Maior entendimento da legislação/ Leiaute	Setores mais afetados: Faturamento e Escrita Fiscal
Controle item a item dos produtos que entram e saem da empresa, obrigando assim um controle adequado a movimentação dos produtos para poder indicar corretamente dentro do SPED esta informação.	Todos os setores foram afetados.
Revisão nas operações de saídas e entradas da empresa quanto à correta classificação dos tipos de operações e regras fiscais;	Setores mais afetados: Faturamento e Escrita Fiscal
Entendimento do processo de classificação dos códigos fiscais de operações CFOPs exigidos após a implantação do subprojeto NF-e.	Setor mais afetado: Faturamento.
Aperfeiçoamento nos serviços de escrituração fiscal;	Setor mais afetado: Contabilidade
Entendimento, pelos gestores de departamentos, do projeto e novos controles resultantes;	Todos os setores foram afetados
Incompatibilidade dos Sistemas: SPED e sistema interno da empresa	Surgimento de muitos erros após a importação das informações do sistema atual da empresa para o ambiente SPED. Todos os setores foram afetados.
BENEFÍCIOS/VANTAGENS	
DESCRIÇÃO	Setor
Realização de planejamento tributário com relação ao pagamento de ICMS;	Houve facilidade na elaboração de planejamentos tributários. Setor beneficiado: Contabilidade
Confiabilidade nas informações;	Aumento da confiança nas informações. Todos os setores foram beneficiados
Maior facilidade de controle de custos;	Setor beneficiado: Contabilidade
Redução da emissão de papel;	Todos os setores foram beneficiados
Facilidade na criação de relatórios gerenciais;	Todos os setores foram beneficiados.

Fonte: autoria própria, 2012

Após contato com os setores de faturamento, vendas, compras, contabilidade e com a gerência, verificou-se que com a implantação do programa SPED a empresa teve um grande impacto na rotina da Dolomil, necessitando assim de um período de adequação às mudanças, conforme analisado no Quadro 2.

O setor de faturamento passou a ser obrigado a utilizar o arquivo no formato XML para a importação das informações referentes à nota fiscal, houve a necessidade de adequação do sistema atual da empresa às inúmeras exigências do SPED, o que necessitou de maior atenção no cadastro de clientes, fornecedores, transportadores e produtos para que não fosse realizado com nenhum tipo de erro, sendo necessário que os trabalhos anteriores fossem revistos em pouco tempo para a correção de erros passados.

Porém uma grande dificuldade foi à falta de Treinamento para os funcionários e a não existência de comunicação eficiente para o correto fluxo das informações que necessitava também de um maior entendimento da legislação/Layout, para o bom funcionamento do SPED, levando a gerencia a sofrer grande impacto com essas modificações.

Com relação ao fluxo de comunicação, esse impacta na Dolomil o fluxo de produtos, assim a empresa passou a necessitar de um controle item a item dos produtos que entram e saem da empresa, obrigando assim um controle adequado a movimentação dos produtos para poder indicar corretamente dentro do SPED esta informação, gerando uma revisão nas operações de saídas e entradas da empresa quanto à correta classificação dos tipos de operações e regras fiscais, o que impactou todos os setores da empresa, mais diretamente o setor de compras e vendas.

O setor de contabilidade necessitou ter um maior entendimento do processo de classificação dos códigos fiscais de operações CFOPs exigidos após a implantação do subprojeto NF-e, aperfeiçoar os serviços de escrituração fiscal e habitar-se a utilização da certificação digital.

No entanto, após a implantação do SPED os setores de faturamento, vendas, compras, contabilidade e gerencia relatam que também houve impactos positivos como: a realização de planejamento tributário com relação ao pagamento de ICMS, a confiabilidade nas informações após a sua revisão, maior facilidade de controle de custos, a redução da emissão de papel e facilidade na criação de relatórios gerenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço tecnológico tem modificado a forma das empresas atuarem no mercado, gerando uma necessidade continua de inovação e atualização o que vem trazendo grande impacto para que as mesmas se adequem as novas necessidades, bem como uma maior necessidade de controle, por parte dos órgãos fiscais, que agora adentram a esse meio tecnológico, buscando acelerar o processo de arrecadação bem como conter os processos de fraude e manipulação de dados em face do seu crescimento.

Buscando entender melhor esse funcionamento, o presente trabalho deteve-se ao caso da Empresa Dolomil e a utilização da ferramenta SPED com o objetivo geral de identificar o funcionamento da ferramenta SPED, sua abrangência e suas dimensões, bem como seu impacto causado á Indústria Dolomil, o que foi alcançado com o desenvolver do trabalho.

Como objetivos específicos buscaram-se: Apresentar as características e os subprojetos do SPED, o que foi feito a partir da descrição e análise do funcionamento da Escrituração Fiscal Digital – EFD, Nota Fiscal Eletrônica – NF-E e da Contribuição PIS/COFINS, realizados na empresa com base no sistema SPED. Em relação a descrever o funcionamento do SPED na rotina da Indústria Dolomil, apresentou-se um fluxograma do seu funcionamento e por fim, através do *check-list* buscou-se identificar os serviços afetados com a implantação do sistema SPED na empresa em estudo.

Assim conclui-se que a utilização da ferramenta de sistema de informação SPED na empresa teve grande impacto e modificou a sua rotina de trabalho, gerando no primeiro momento uma dificuldade de adequação, por não ter funcionários devidamente treinados para operar a ferramenta e pela falta de controle que a empresa apresentava em seus processos, o que de certo modo foi muito bom para a gerência que pode identificar as dificuldades e corrigir o processo melhorando o fluxo de informação e o controle no funcionamento do empreendimento levando a medidas como o planejamento tributário da empresa.

Porém, a título de sugestão verifica-se que a empresa precisa manter-se atualizada e manter uma escala de treinamento de pessoal permanente, para capacitá-los a lidar com as novas legislações fiscais e seus códigos, bem como com as alterações que o governo vem promovendo neste setor.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Enfoque gerencial dos benefícios e desafios da tecnologia de Informação** para o Desempenho empresarial. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3026/P00262_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2012.

CERTIFICADOS DIGITAIS. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Novidades/Informa/DestaqueCertificadoDigital.htm>> Acesso em: 05 ago. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 10ª reimpressão.

CORTES, Pedro Luiz. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, organizações & métodos**: estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

D' ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos:** análise, redesenho e informatização de processos administrativos.– 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Flávio Romero. **Como fazer?** Diretrizes para a elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: EDIJUR/EDUEP, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

LAUDON, Kenneth C. **Sistemas de informações gerenciais.** 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Pesquisa:** orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização e métodos:** uma abordagem gerencial. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração:** uma abordagem prática. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis:** fundamentos e análise. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

SPED. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/default.htm> Acesso em: 06 ago. 2012.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.